

---

**ATA DA 8ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS  
REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2025**

---

Às quatorze horas e trinta minutos do quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, Ministério da Fazenda, Edifício Anexo, sala R4, 1º andar do bloco P da Esplanada dos Ministérios, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a oitava reunião do Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas, colegiado instituído pelo Decreto nº 11.532, de 16 de maio de 2023, sob a presidência da Sra. Viviane Aparecida da Silva Varga, Secretária Adjunta do Tesouro Nacional, e as presenças dos seguintes membros indicados pelos órgãos que compõem o Comitê: Sr. Aloísio Melo, titular, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Sr. Carlos Ernesto Augustin, titular, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); Sr. José Pedro Bastos Neves, titular, Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE); Sr. Osório Coelho Guimarães, titular, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Sr. Ernesto Pereira Galindo, titular, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); Sr. Eduardo Corrêa Tavares, titular, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Participaram como convidados o Sr. Érico Rocha, do Ministério do Meio Ambiente (MMA); e a Sra. Nucleide Lima de Freitas Franca, Gerente do Gabinete do Secretário do Tesouro Nacional (GABIN). Participaram como representantes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Sr. Daniel Cardoso Leal, Subsecretário da Dívida Pública (SUDIP) Sr. Luiz Fernando Alves, Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública (COGEP); Sra. Raquel Lima Pereira de Araujo Leite, Gerente de Relacionamento Institucional da COGEP; Sra. Cecília de Souza Salviano, Chefe de Projeto da COGEP; Sr. Ricardo José Macedo dos Santos, Auditor Federal da COGEP; e a Sra. Cinthia de Fátima Rocha, Auditora Federal da COGEP. Não houve representante da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento (SOF), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e do Ministério de Minas e Energia (MME). **ABERTURA:** A Sra. Viviane Aparecida da Silva Varga, iniciou a reunião com as boas-vindas aos membros e convidados. Colocou na ordem do dia a aprovação da Ata referente à 7ª reunião do Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas (CFSS), realizada em 25 de setembro de 2024, bem como os demais itens, quais sejam: ii) Apresentação da Portaria de nomeação de membros titulares e suplentes, iii) Apresentação dos valores pagos/desembolsados até março de 2025, iv) Apresentação de proposta do Relatório de Pré-Emissão de 2025 e v) Informes gerais. **ITEM 1. Aprovação da Ata da reunião anterior.** Foi informado que a minuta da Ata da 7ª reunião foi encaminhada aos membros titulares e suplentes no dia 24 de abril/2025, tendo sido reenviada em 23/05/2025 para apreciação. Após análise dos participantes a referida Ata foi aprovada e disponibilizada para assinatura dos membros. **ITEM 2. Apresentação da Portaria de nomeação de membros titulares e suplentes.** O Sr. Luiz Fernando Alves comunicou aos membros do CFSS a publicação da Portaria STN/MF Nº 21 de maio de 2025, que oficializa a nomeação de todos os membros do referido Comitê, em conformidade com o Parecer SEI nº 2900/2025/MF. Informou, ainda, que a Portaria já foi devidamente encaminhada por e-mail a todos os integrantes em 27/05/2025 para ciência e que foi publicada no site da Secretaria do Tesouro Nacional. **ITEM 3. Apresentação dos valores pagos/desembolsados até março de 2025.** O Sr. Luiz Fernando Alves, apresentou o balanço dos valores desembolsados até março de

---

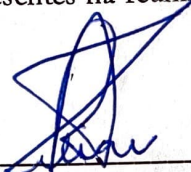
**ATA DA 8ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS  
REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2025**

---

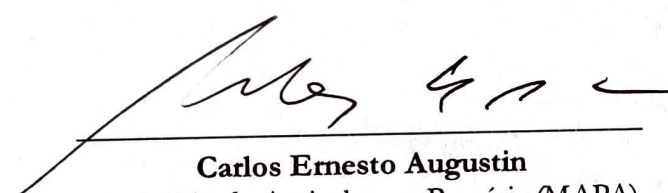
2025, referentes à 1ª emissão (novembro/2023) e à 2ª emissão (junho/2024), considerando os valores levantados em orçamento e junto ao Fundo Clima. A exposição teve como objetivo verificar o cumprimento dos limites mínimos de alocação, com vistas à preparação do 3º Relatório de Pré-Emissão. Destacou que, na categoria ambiental, os valores mínimos estabelecidos estão sendo atendidos, com destaque para a categoria energia renovável, cujo mínimo exigido era de R\$ 1,442 bilhão. Informou que no âmbito da 1ª emissão já havia alocação suficiente para comprovação dessa categoria. Com relação à categoria 4, relativa a transporte limpo, cuja alocação está vinculada às operações do Fundo Clima, registrou-se que os desembolsos previstos inicialmente não têm se efetivado, com riscos relevantes de não se alcançar o percentual mínimo definido no 1º Relatório Pré-Emissão. Uma possível explicação é que a execução teria sido impactada pelo contexto das eleições municipais em 2024, que limitaria a contratação por entes subnacionais em anos de eleição municipal. Com a retomada do ciclo regular de contratações por parte das prefeituras em 2025, espera-se que a alocação dos recursos nessa categoria se torne mais efetiva, mas com riscos de não alcançar o mínimo para a primeira emissão. No âmbito da 2ª emissão, registrou-se que a categoria de energia renovável, uma das principais áreas de alocação previstas, ainda não apresentou desempenho efetivo. Contudo, observa-se uma evolução positiva da categoria com tendência de expansão, cuja execução demonstra sinais de avanço. Com relação à categoria de controle de emissões de gases de efeito estufa, ressaltou-se a necessidade de atenção ao planejamento dessa despesa, considerando as informações limitadas sobre o ritmo de sua implementação. No que se refere à parte social, os percentuais mínimos de alocação já foram integralmente atendidos tanto na 1ª quanto na 2ª emissão. Ressaltou-se que para o 3º Relatório, a ênfase será nas categorias ambientais 5, 6, 7 e a parte social. Com relação à despesa relacionada à promoção da saúde indígena, contida na categoria 5 da parte ambiental, foi aberto debate para avaliar o seu enquadramento e considerar os valores já realizados. Ressaltou que as demais categorias ambientais também estão sendo supridas conforme os parâmetros estabelecidos. **ITEM 4. Apresentação de proposta do Relatório de Pré-Emissão de 2025.** Foram apresentadas e debatidas duas propostas de alocação de recursos para a 3ª emissão de títulos sustentáveis, com base na análise dos valores já desembolsados e contratados até março/2025. O Sr. Luiz Fernando Alves esclareceu que a proposta 1 é baseada exclusivamente em dados já realizados, sem projeções do Fundo Clima. A proposta contempla alocação robusta na categoria 5 (Recursos vivos e naturais e uso da terra), com destaque para despesas com saúde indígena, estimando participação entre 24% e 32%. A categoria 2 (energia renovável) não foi incluída na proposta, em razão da ausência de comprovação efetiva de desembolsos até o momento. A previsão de alocação para a categoria 8 (Adaptação climática) foi inicialmente estabelecida entre 1% e 4%. Informou que a proposta 2 considera operações contratadas e o *pipeline* de projetos em andamento no BNDES. Que a proposta introduz uma menor alocação para a categoria 2 (energia renovável), de 12% a 16%. E reduz o percentual de alocação na categoria 5 (Recursos vivos e naturais e uso da terra – promoção da saúde indígena) ficando de 10% a 14%. Inclui previsão de alocação para a categoria 8 (adaptação climática), ajustada para o intervalo de 2% a 6%. Após discussão técnica e estratégica, os membros do CFSS deliberaram para aprovação da Proposta 2, com os ajustes

**ATA DA 8ª REUNIÃO DO COMITÊ DE FINANÇAS SUSTENTÁVEIS SOBERANAS  
REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2025**

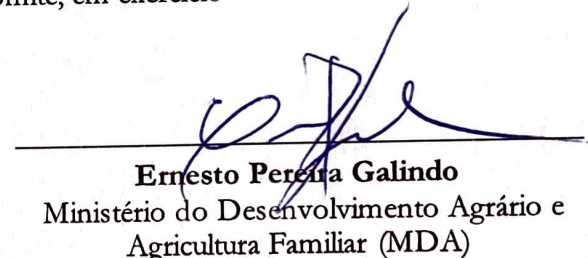
indicados na categoria 8, em alinhamento à agenda governamental da COP 30 e mantendo o mínimo global de alocação em 50% para despesas ambientais. **ITEM 5. Informes Gerais.** Foi ressaltada a importância do cadastro dos membros no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com vistas à viabilização da assinatura de documentos institucionais, especialmente as Atas das reuniões realizadas no âmbito do CFSS. Foi informado que a proposta do 2º Relatório de Alocação e Impacto (RAI) está prevista para ser apresentada até o mês de setembro/2025, com publicação estimada até novembro/2025, após validação pelo verificador externo. Foi registrado, ainda, que eventuais alterações relevantes até a próxima emissão poderão ensejar nova convocação do CFSS para deliberação específica. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. E para constar, eu, Cinthia de Fátima Rocha, secretária da reunião, lavrei e subscrevi esta Ata, que será assinada pelos membros do comitê presentes na reunião.



**Sra. Viviane Aparecida da Silva Varga**  
Presidente do Comitê, em exercício



**Carlos Ernesto Augustin**  
Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)



**Ernesto Pereira Galindo**  
Ministério do Desenvolvimento Agrário e  
Agricultura Familiar (MDA)

**Eduardo Corrêa Tavares**  
Ministério da Integração e do  
Desenvolvimento Regional (MIDR)

**Osório Coelho Guimarães**  
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação  
(MCTI)

**Aloísio Melo**  
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do  
Clima (MMA)

**José Pedro Bastos Neves**  
Secretaria de Política Econômica do  
Ministério da Fazenda (SPE)